

CURRÍCULO E UNIVERSIDADE: DESAFIOS E CONQUISTAS NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

CURRICULUM AND UNIVERSITY: CHALLENGES AND ACHIEVEMENTS IN PROMOTING INCLUSION

Edimária Vasconcelos da Silva
ITOP
Soraia Maria Tomaz
ITOP

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi identificar se os professores dos cursos de graduação em Pedagogia e Letras estão preparados para trabalhar com a educação incluída e se durante a sua graduação tiveram disciplinas voltadas ao ensino especial em sua grade curricular. Partindo de uma pesquisa bibliográfica, estudo de caso e coleta de dados (aplicação de questionários). O estudo foi realizado com professores, sendo eles, Universitários e docentes do Ensino Fundamental residentes no município de Palmas TO, egressos das Universidades do estado do Maranhão, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Pará e Tocantins. Esta pesquisa possibilitou uma maior clareza em relação à necessidade de preparação dos professores para lidar com alunos com deficiência. Para dar subsídio ao estudo proposto, utilizaram-se pesquisas bibliográficas fundamentadas nos seguintes autores: Mantoan (1997 e 2003), Meirieu (2002), Saviani (2003), Laplane (2004), Vitaliano (2007), Mendes (2004), Bueno (1999) e LDB (1996). A escola regular tem um papel fundamental para uma mudança decisiva do ponto de vista da inclusão. Portanto, para se efetivar de fato é necessário que seus profissionais, se reconheçam como agentes capazes de mudar a realidade da prática pedagógica repetitiva, do currículo mecânico, da avaliação classificatória e excludente e da construção do projeto político pedagógico fora da realidade da escola. No entanto para que a inclusão aconteça, não basta permanecer confiável na legislação, mas precisa de transformações práticas intensas no sistema de ensino.

Palavras-chave: Diversidade; Currículo; Inclusão.

Abstract: The Aim of this research was: identify if teachers of Pedagogics and Letters graduations are prepared to work in Inclusive Education and: If during their graduation they had subjects aimed at Especial Teaching in Curriculum. Starting on a bibliographic research, case study and data collect (Questionnaires). The study was performed with teachers, being them: University Students and Teachers of Basic Education, living on Palmas City, TO, graduated in Maranhão State University, Paraná, Rios Grande do Sul, Goiás, Pará and Tocantins. This research possibilited a great plainness related to the need of a teachers preparation to dealing with disabled students. To subsidize the purposed study, they used bibliographic research based on these following authors: Mantoan (1997 e 2003), Meirieu (2002), Saviani (2003), Laplane (2004), Vitaliano (2007), Mendes (2004), Bueno (1999) e LDB (1996). Regular School has a fundamental role for a decisive change of inclusion point of view. Therefore, to be effective in fact, is necessary that its professionals recognize each other as capable agents to change the: repetitive pedagogical practices, mechanical curriculum, classificatory and exclusionary evaluation and the construction of a Political Pedagogical Project that is outside of school reality. However, for the inclusion happen, it's not enough stay trustful in law, but intensens practical changes in education system are needed.

Keywords: Diversity; Curriculum; Inclusion.

Introdução

Por meio da pesquisa, procurou-se apontar como a formação dos professores pode influenciar no processo de inclusão nas unidades escolares.

A inclusão exige uma ruptura com o modelo tradicional de ensino necessitando-se de uma transformação que coloque em destaque o aluno como sujeito do processo, percebendo-se que mesmo não possuindo deficiência aparente, cada um tem suas particularidades e limitações.

A questão Currículo e Inclusão deve ser mais discutida e estudada tendo em vista os avanços que necessita realizar para melhor atender a pessoa com deficiência na escola.

É por meio de ações, modificações nas estruturas e serviços que as possibilidades de inclusão das pessoas com deficiência podem se concretizar, tornando-se a cada dia um lugar onde as pessoas de todos os tipos e inteligências possam sentir-se a vontade para desenvolver suas habilidades e aptidões de acordo com suas possibilidades, sendo reconhecidas pelas suas potencialidades e não

discriminadas e excluídas por suas limitações.

A finalidade central da educação é favorecer o desenvolvimento físico, motor, emocional, cognitivo e social de todas as crianças com deficiências ou não. Para que esse trabalho ocorra, faz-se necessário, adaptar atividades, procurando alternativas que despertem o interesse e a curiosidade de todos os alunos. As escolas e os professores devem adotar métodos e técnicas que propiciem ao aluno a aquisição necessária de conhecimentos e habilidades, bem como a formação de valores que o identifique como pessoa única e como parte integrante da sociedade.

Para que a escola possa atender a sua diversidade de alunos no seu espaço, é necessário refletir sobre as políticas de inclusão, a fragmentação das disciplinas, seu sistema de avaliação, seu projeto político-pedagógico, suas propostas metodológicas, etc. Considerar e visualizar seus aprendizes como indivíduos “que provêm de contextos culturais dos mais variados, representam diferentes segmentos sociais, produzem e desenvolvem conhecimentos e têm desejos, aspirações, valores, sentimentos e costumes com os quais se identificam” (MANTOAN, 2003, p. 50).

Segundo o autor, o propósito de igualar as oportunidades para todos visando à educação realmente inclusiva, requer reflexão acerca dos sistemas educacionais, pois os mesmos necessitam de passar por reformas realmente reais e ideais. Essa reforma deve atingir tanto sua estrutura quanto sua organização, cuja característica mais importante é a flexibilidade, tanto no que se refere às formas de inclusão como ao currículo escolar. Esse trabalho deve ser feito por meio de parcerias com os pais, alunos e comunidade escolar, sempre buscando informações para que o processo de ensino e aprendizagem seja realmente aquele que atenda as reais necessidades dos aprendizes, visando à inclusão de todos no processo educacional.

É notório e relevante enfatizar que o começo da busca por melhorias na aprendizagem e a mudança na atitude das pessoas deve começar na formação dos educadores. A Universidade tem esse espaço onde pode trabalhar, conscientizar e transformar o meio respeitando a diversidade. Oportunizando, assim, que os futuros professores iniciem sua carreira educando todos os que se encontram em sala de aula independente de sua deficiência.

Para a realização deste trabalho foi utilizada uma pesquisa exploratória com uma abordagem quanti-qualitativa a partir de estudo de caso e pesquisa em campo.

Para obter os resultados foram aplicados doze questionários, com questões dissertativas a professores universitários e do Ensino Fundamental residentes no município de Palmas-TO, egressos dos cursos de Pedagogia e Letras de Universidades dos Estados do Maranhão, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Pará e Tocantins. O questionário versava sobre a formação do docente; Universidade de formação; disciplinas relacionadas à educação inclusiva que foram contempladas no currículo da universidade; disciplinas voltadas para a educação especial; inclusão escolar; sugestões para melhoria do ensino de pessoas com deficiências; grade curricular ministrada na universidade e qualidade do ensino dos acadêmicos sob a preparação profissional para trabalhar com a Educação Inclusiva.

Educação inclusiva sob o ponto de vista de alguns autores

É imprescindível que sejam feitas mudanças na educação, nos procedimentos de inclusão, nas políticas educativas, nas qualidades de aprendizagem, entre outras tantas. Incluir não é simplesmente levar uma criança com deficiência a frequentar o ensino regular. A inclusão é uma conquista diária para a escola, para a criança e para seus pais. Todo dia é um dia novo na inclusão (FACION, 2009, p. 203).

Não é satisfatório somente proporcionar aos alunos o ingresso à escola. Faz-se necessário oferecer uma educação de qualidade que consista nas verdadeiras necessidades dos alunos. Em distintas palavras, precisa haver abertura para um trabalho pedagógico eficaz com o foco atual nos estudantes.

[...] escolas abertas à diversidade são escolas: em que todos os alunos se sentem respeitados e reconhecidos nas suas diferenças, ou melhor, são escolas que não são indiferentes às diferenças. Ao nos referirmos a essas escolas, estamos tratando de ambientes educacionais que se caracterizam por um ensino de qualidade, que não exclui, não categoriza os alunos em grupos arbitrariamente definidos por perfis de aproveitamento escolar e por avaliações padronizadas e que não admitem a dicotomia entre educação regular e especial. As escolas para todos são escolas inclusivas, em que todos os alunos estudam juntos, em salas de aula de ensino regular. Esses ambientes educativos desafiam as possibilidades de aprendizagem de todos os alunos e as estratégias de trabalho pedagógico são adequadas às habilidades e necessidades de todos. (Mantoan 2000, p. 7-8).

Efetivar a inclusão é um grande desafio, incluir alunos com deficiência na classe regular implica, que toda comunidade escolar esteja envolvida, organizar para estabelecer estratégias de intervenção, procurando a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas, para que ocorram melhorias e que possam propiciar a inclusão com a finalidade de beneficiar uma aprendizagem de qualidade para todos os alunos.

[...] capacidade das escolas de atender a todas as crianças, sem qualquer tipo de exclusão, ou seja, inclusão significa criar escolas que acolham todos os alunos, independentemente de suas condições pessoais, sociais ou culturais. Escolas que valorizem as diferenças dos alunos como oportunidades para o desenvolvimento dos estudantes assim como dos professores, em lugar de considerá-las um problema a resolver (BRASIL, 2005, p.35).

Para que a verdadeira inclusão aconteça, é necessário ter escolas acessíveis, com uma equipe multidisciplinar, com adequações nas atividades oferecidas proporcionando uma vida mais produtiva aos educandos e mais igualitária, em que o respeito à diversidade seja prioridade no ambiente escolar, oportunizando práticas colaborativas e a participação da comunidade.

O “elogio da inclusão” apresenta a vantagem de arrolar argumentos para a defesa das políticas inclusivas. Mas para que seja realmente eficaz é preciso que o discurso se feche sobre si próprio, aparecendo como uma totalidade que não admite questionamentos. (LAPLANE, 2004, p. 17-18).

Novas formas de ensinar devem ser incorporadas na metodologia do docente, para que a pedagogia inclusiva ocorra, necessita-se oferecer atividades lúdicas, que envolvam os alunos, atraindo a atenção e proporcionando a aprendizagem. Todas as crianças são capazes de aprender em seu tempo e seu espaço, mas devem ser estimuladas para que sejam capazes de realizar tarefas escolares e expressar suas necessidades em companhia de outras crianças.

Embora os alunos se encontrem no mesmo espaço físico, não estão verdadeiramente incluídos na aprendizagem e não participam efetivamente das atividades da escola.

A inclusão não é simplesmente inserir uma pessoa na sua comunidade e nos ambientes destinados à sua educação, saúde, lazer, trabalho. Incluir implica acolher a todos os membros de um dado grupo independente de suas peculiaridades; é considerar que as pessoas são seres únicos diferentes uns dos outros, e, portanto, sem condições de serem categorizadas. (MANTOAN, 2000, p. 56).

É evidente que o maior desafio não é apenas inserir estudantes com necessidades especiais em uma sala de aula e sim oferecer uma educação inclusiva que adeque esses alunos a um progresso no seu desenvolvimento educacional e pessoal, e os faça sentirem-se incluídos e pertencentes à sociedade que careceria ser semelhante para todos.

Educação inclusiva e currículo

Desde a publicação da LDB, em 1996, as escolas brasileiras foram convidadas a ajustar-se para atender, satisfatoriamente, a todas as crianças. Diferenças étnicas, sociais, culturais ou de qualquer ordem passam a ser foco do discurso de inclusão escolar.

Embora não seja recente o estabelecimento de leis para os alunos com deficiência nas escolas, esse tema ganhou nova dimensão e novo entendimento nos anos de 1990 com a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos e mais recente, com a Resolução CNE/CEB nº02/01e o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que começou a ser implantado nas escolas brasileiras nos diferentes municípios do país.

Segundo Mantoan (2003), o tempo e a defesa de uma posição firme e clara sobre o que representa a educação especial, em uma dimensão inclusiva, podem ser (e será!) uma força para a transformação da realidade atual de nossas escolas ao abraçarem a inclusão.

A inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da Educação Básica e Superior, pois para que os alunos com e sem deficiência aparente possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças. Esse aprimoramento é necessário, sob pena de os alunos passarem pela experiência educacional sem tirar dela o proveito desejável, tendo comprometido um tempo que é valioso e irreversível em suas vidas: o momento do desenvolvimento. (BRASIL, 2004, p. 30).

Na verdade, além da família, a escola e a sociedade devem contribuir no sentido de ajudar a enfrentar obstáculos colocados pela deficiência. A escola é a grande aliada no processo de integração e também para resolver questões relacionadas a preconceitos, mitos e estigmas que podem ser debatidos e analisados por todos: professores, alunos, funcionários, dentre outros.

Com o propósito de igualar as oportunidades para todos visando à educação realmente inclusiva, os sistemas educacionais necessitam passar por reformas realmente reais. Essa reforma deve atingir tanto sua estrutura quanto sua organização, cuja característica mais importante é a flexibilidade, tanto no que se refere às formas de inclusão como ao currículo escolar.

A escola e a sociedade, ao pensar em uma escola inclusiva que atenda a diversidade, não devem enfatizar as desvantagens ou deficiências do educando, mas sim, a maneira de melhor compreender o contexto educacional em que se manifestam as dificuldades, tornando mais adequado e acessível o currículo. A pessoa com deficiência pode ter dificuldades para realizar determinadas tarefas, todavia pode ter extrema habilidade em realizar outras atividades.

A sociedade é constituída por uma gama de pessoas diferentes, onde, cada um tem a sua crença, a sua cultura e seus valores. Desigual é achar que na escola pode ser diferente, quando tratam o trabalho escolar com igualdade, há um pressuposto que diz que somos todos iguais negando assim as nossas diferenças. Para que a inclusão se consolide é imprescindível repensar o formato que as escolas são preparadas e colocar em prática o princípio da educação inclusiva, no qual a educação é para todos.

Segundo o Presidente da Federação Nacional das APAES, Eduardo Barbosa:

O conceito de inclusão escolar deve ser considerado como um processo de desenvolvimento institucional da escola e sujeito a um movimento endógeno, contínuo de evolução, que implica em oportunidades de construção, desconstrução e reconstrução, próprio dos processos evolutivos humanos e

institucionais. "(Revista Inclusão revista da educação especial). Inclusão: R. Educ. esp., Brasília, v. 4, n. 1, p. 51-58, jan./jun.2008)."

A educação inclusiva, a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional, tem provocado mudanças na escola e na formação docente, propondo uma reestruturação da escola que beneficie a todos os alunos. A organização de uma escola prevê o acesso à escolarização e o atendimento às necessidades educacionais especiais (MEC, 2006). Essa afirmativa reforça a necessidade de adequação da Grade Curricular nos dias atuais, pois a necessidade de ofertar nas Universidades um currículo mais voltado ao ensino especial é visível e necessária.

O desenvolvimento escolar do aluno está diretamente ligado ao currículo, preparado, para nortear, dentre outros, os vários níveis de ensino e as atuações docentes.

A manifestação de dificuldade de aprendizagem escolar apresenta-se como um processo contínuo, desde situações leves e transitórias que podem se resolver espontaneamente no curso do trabalho pedagógico, até situações mais graves e persistentes que requeiram o uso de recursos especiais para a sua resolução. Atender a esse contínuo de dificuldades requer respostas educacionais adequadas envolvendo graduais e progressivas adequações do currículo.

O currículo deve ser adaptado às necessidades das crianças e não ao contrário. As escolas deverão, por imediato, oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com habilidades e interesses diferentes.

Crianças com necessidades educacionais especiais devem receber apoio instrucional adicional no programa regular de estudos, ao invés de seguir um programa de estudos diferenciado. O princípio norteador será o de providenciar, a todas as crianças, a mesma educação e também prover assistência adicional e apoio às crianças que assim o requeiram. A aquisição de conhecimento não é apenas uma simples questão de instrução formal e retórica. O conteúdo do ensino deve atender às necessidades dos indivíduos, com o objetivo de torná-los aptos a participar plenamente do desenvolvimento. O ensino deve ser relacionado às próprias experiências dos alunos e com seus interesses concretos, para que assim se sintam mais motivados.

Currículo diz respeito à seleção, à sequência e à dosagem de conteúdos da cultura a ser desenvolvida em situações de ensino aprendizagem. Compreendem conhecimentos, ideias, hábitos, valores, convicções, técnicas, recursos, artefatos, procedimentos, símbolos etc., dispostos em conjunto de matérias/disciplinas escolares e respectivos programas, com indicações de atividades/experiências para sua consolidação e avaliação (SAVIANI, 2003, p. 35-38).

Educar na diversidade exige um currículo aberto, com propostas curriculares diversificadas e flexíveis quanto à organização e ao funcionamento das instituições educacionais para atender a demanda diversificada dos alunos. O currículo deve propiciar inclusão de todos os aprendizes e necessita ser adequado às reais necessidades, capacidades e diferenças individuais de todos os alunos. A adequação desse currículo deve ser concebida como um componente vivo da educação para todos que têm por finalidade flexibilizar a prática educacional para proporcionar o progresso do educando em função de suas necessidades educacionais (BRASIL, 2002).

Falar em ajustamento curricular constitui analisar o dia-a-dia das escolas, levando-se em conta as obrigações e competências dos seus alunos e os valores que norteiam a prática pedagógica. Para os alunos que requerem atenção educacional especial, esses pontos têm um significado individualmente intenso.

Os princípios que deverão fundamentar os currículos das escolas, por meio da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, que fará parte da vida cidadã dos alunos, encontram-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, parecer nº: CEB 04/98:

“As escolas deverão estabelecer”, como norteadores de suas ações pedagógicas: os Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao bem comum; b) os Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à Ordem Democrática; c) os Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, e da diversidade de manifestações Artísticas e Culturais.

O currículo precisa ser desenvolvido levando em consideração os aspectos culturais, locais e as particularidades dos alunos. Necessita ser um currículo flexível e aberto de maneira a oferecer respostas educativas ao processo de escolarização em todos os níveis e modalidades de ensino, tornando um método eficaz que permita sua constante revisão e ajustamento.

Práxis e reflexões

Analisar a inclusão dos indivíduos em um ponto de vista da diversidade na rede regular de ensino brasileiro nos direciona a pensar primeiramente sobre a relação entre a formação do educador e as práticas pedagógicas atuais. Leva-nos a refletir na formação desse educador para atuar em uma nova concepção de educação que visa à igualdade de oportunidades e a qualidade nos serviços ofertados a todos.

[...] para os professores dos cursos de licenciatura conseguirem preparar futuros professores, bem como oferecer programas de formação continuada aos professores atuantes para incluir alunos com NEE¹, é necessário obviamente, que eles estejam preparados e saibam como atuar para incluir tais alunos. (VITALIANO, 2007, p.400).

Segundo o autor a formação dos professores torna-se necessária diante do novo cenário de educação inclusiva. Percebe-se que um dos maiores dilemas da educação inclusiva ainda é a formação inicial dos educadores. Esse educador tem se deparado com as mais variadas situações em sala de aula, onde descobre que muitos alunos não estão de acordo com “os padrões de ensino e aprendizagem” da escola. A seguir verificaremos os resultados obtidos da pesquisa; inicialmente sobre o quantitativo de disciplinas direcionadas à educação inclusiva que contém na grade curricular dos cursos de Letras e Pedagogia.

Tabela 1: Quantidade de disciplinas relacionadas à educação especial

QUANTIDADE DE DISCIPLINAS	RESPOSTAS
Nenhuma	02
Uma	03
Duas	04
Três	02
Quatro	01

Constatou-se, pelos dados acima, que mudanças são necessárias, pois o número de disciplinas voltadas ao ensino especial é mínimo ou inexistente.

O currículo é um elo entre a declaração de princípios gerais e sua tradução operacional, entre a teoria educacional e a prática pedagógica, entre planejamento e a ação, entre o que é prescrito e o que realmente se sucede nas salas de aula. (COOL, 1999, p. 33-34).

Partindo do princípio que o novo nem sempre é trabalhado com segurança, a Universidade ao se comprometer em introduzir as adequações necessárias para o currículo, baseado no crescimento de todos sem exclusão, abrirá portas para que o aluno que apresenta uma deficiência, seja ela motora, intelectual, auditiva, visual, seja bem recebido na unidade escolar e tenha uma

1 NEE — Necessidades Educativas Especiais.

escala de desenvolvimento de suas potencialidades da melhor forma possível.

Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática. (MENDES, 2004, p. 227).

Compete à educação superior inovar para que apresente qualidades dominantes de forma intencional e se torne uma ação pedagógica intensa, tendo o avanço tanto da técnica quanto dos procedimentos da ação educativa. A questão pedagógica é de extrema importância no desenvolvimento das atividades curriculares das instituições de educação superior que se deparam em posição de oferecer novas respostas aos diversos e difíceis problemas que se põem a cada curso, disciplina ou professor.

A formação do professor nos últimos anos tem sido abordada em diferentes aspectos e em distintos interesses acadêmicos; empenhos, estudos e pesquisas são realizados à procura da qualidade da formação centrada no aperfeiçoamento teórico-prático que atenda a especificidade da atuação educativa, saberes e práticas no cotidiano, para que possam em conjunto respaldar a construção de novas propostas curriculares e de formação.

Na tabela 2, interrogados sobre a contribuição das disciplinas na carreira profissional, verificou-se que o nível de contribuição é insatisfatório.

Tabela 2: Nível de contribuição da disciplina na carreira profissional

NÍVEL DE SATISFAÇÃO	RESPOSTAS
Insatisfatória	07
Satisfatória	05

Há muito a ser feito, já que a formação do professor não é satisfatória para trabalhar com a inclusão, enquanto isso a pedagogia da heterogeneidade necessita ser vista como uma pedagogia que seja auxiliadora, onde as práticas pedagógicas necessitam ser repensadas, transformadas, dependendo da capacidade criadora de cada professor, a maneira como desenvolverá seu plano com a sala, de forma a abranger a todos, por meio de um planejamento flexível para novas adaptações.

Portanto, para que se proporcione uma condição de um ensino melhor é imprescindível apresentar não só a prática pedagógica, no entanto atender à necessidade de cada um em espaços integrados, no qual apresentem apoio a essas pessoas, os professores necessitam ser capacitados para ampliar melhor suas capacidades profissionais. Falta muito para que esse trabalho seja finalizado com êxito, o que precisa é levar em conta que todos necessitam permanecer preparados, participar de cursos de formação continuada e repensar a sua prática pedagógica.

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN, 1997, p.120).

Muitas vezes o que consiste em deixar o professor mais angustiado é a incerteza em relação à sua inexperiência, já que no curso superior estudou somente como lidar com a teoria e não teve acesso às práticas pedagógicas abertamente com alunos com deficiência. No que incide à educação, o dia a dia da escola e da sala de aula estabelecem que o professor esteja preparado para as condições de aprendizagem de cada aluno, analisando suas diferenças. Essa nova capacidade sugere a organização dos momentos e dos ambientes de aprendizagem, dos ajuntamentos dos alunos e dos tipos de atividades para eles planejadas.

Interrogados sobre a inclusão efetiva na escola, conforme o resultado da tabela 3

compreende-se que ainda há muito que se fazer para que aconteça a verdadeira inclusão na escola.

Tabela 3: Opinião sobre a inclusão efetiva na escola

NÍVEL DE REALIZAÇÃO	RESPOSTAS
Acontece	01
Acontece de forma parcial	06
Não acontece	05

Na LDBEN em seu Art. 58, entende-se por Educação Especial, na modalidade de educação escolar, que a mesma deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com deficiência.

§1º Haverá quando necessários serviços de apoio especializados, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas comuns de ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

O artigo 58 ressalta que o atendimento educacional especializado precisa permanecer disponível junto aos níveis de ensino escolar, de prioridade nas escolas comuns da rede regular. Esse é o espaço escolar igualmente apropriado para se garantir o relacionamento dos estudantes com seus colegas de mesma idade e para a estimulação de todo o tipo de influência mútua que seja capaz de beneficiar seu cognitivo, motor e afetivo.

O futuro da educação inclusiva em nosso país dependerá de um esforço coletivo, que obrigará a uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e indivíduos com necessidades educacionais especiais, a fim de trabalhar uma meta comum: a de garantir uma educação de melhor qualidade para todos. (MENDES, 2004, p.228).

A escola é a base para o desenvolvimento da criança, por isso ela necessita estar organizada para trabalhar com a heterogeneidade valorizando todas as pessoas como indivíduos particulares e apropriados de ser e fazer uma sociedade diferente, onde juntos tenham direitos e deveres com a finalidade de ter informações e conhecimento. A educação para todos com qualidade, atravessa as fronteiras das salas de aula refletindo nos campos sociais e culturais, fazendo com que juntos fiquem introduzidos no procedimento de transformações oferecendo ou apropriando sentidos no ato de inclusão.

Na resolução Nº 2, de 11 de Setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, em conformidade com o disposto no Art. 9º, § 1º, alínea "c", da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos Capítulos I, II e III do Título V e nos Artigos 58 a 60 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CEB 17/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 15 de agosto de 2001, resolve em seu Art. 1: que a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais sejam em todas as suas etapas e modalidades da Educação Básica.

De acordo com o artigo da lei acima, o atendimento escolar desses alunos deverá ter início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

Art. 19. As diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica estendem-se para a educação especial, assim como estas Diretrizes Nacionais para à Educação Especial estendem-se para todas as etapas e modalidades da Educação Básica. (BRASIL, 2006).

Várias são as leis que regulamentam o sistema e a política educacional, as quais destacam algum olhar para as diferenças, a diversidade e a inclusão. Deste modo, por meio de análise das leis pode-se entender que a legislação pode ser voltada para o processo de Inclusão das pessoas com deficiência, mas não adianta apenas leis, é imprescindível que se apresente uma visão extensa da realidade educacional. Embora se fale em educação para todos, tem que se analisar como essa educação vem ocorrendo e se ela é verdadeiramente organizada para abranger às diferenças.

Ao serem questionados sobre sua preparação para receber alunos com as mais variadas deficiências, percebeu-se, diante das respostas na tabela 4, que se fazem necessárias discutirem ainda mais o currículo das universidades para a formação dos futuros docentes de maneira eficaz.

Tabela 4: Qualificação do egresso em relação às deficiências

CAPACITADOS	RESPOSTAS
Sim	01
Não	08
Parcialmente	03

Percebe-se pelas respostas que são poucos os profissionais que obtiveram formação direcionada à educação especial, logo, o papel das universidades não é apenas ofertar, mas oferecer com qualidade aliando a teoria e prática, propondo vivências em campo. Deste modo, a formação de professores para atuar com a inclusão escolar necessita consistir em algum procedimento que verdadeiramente vise garantir um ensino de qualidade.

Se não fizer parte integrante de uma política efetiva de diminuição do fracasso escolar e de uma educação inclusiva com qualidade, a inserção de uma disciplina ou a preocupação com conteúdos sobre crianças com necessidades educativas especiais pode redundar em práticas extremamente contrárias aos princípios e fundamentos da educação inclusiva: a distinção abstrata entre crianças que possuam condições para se inserir no ensino regular e as que não possuem, e a manutenção de uma escola que, através de suas práticas tem ratificado os processos de exclusão e de marginalização de amplas parcelas da população escolar brasileira. (BUENO, 1999, p. 12).

O professor é a peça chave no processo educacional. Pois ele como bom educador deve atender, na medida do possível, o aluno, ser flexível, ter um modo adequado de observar e repensar seu trabalho. A educação para a mudança é a educação compreensiva, no sentido de ser compartilhada e de atingir tanto a razão como a emoção.

Do professor espera-se que desempenhe de forma adequada sua prática pedagógica e promova de fato uma educação de qualidade, considerando a heterogeneidade do grupo (Freitas, 2006, p. 40). A formação de docente voltada para um ponto de vista inclusivo provoca, não simplesmente na inclusão de determinadas disciplinas, no entanto, sim em uma formação voltada efetivamente para os princípios da inclusão, os quais poderão garantir uma maior qualidade no ensino.

Acredita-se que para gerar subsídios e proporcionar maior segurança na execução de metodologias na prática pedagógica seria necessário um período de estágio, no decorrer da formação do docente, direcionado às pessoas com deficiências, pois esse processo, através do contato, dará ao futuro professor as condições de oferecer o ensino adequado às especificidades que surgem no cotidiano da sala de aula.

Questionados sobre: "Qual sua sugestão para melhorar o ensino de pessoas com

deficiência?”, surgiram as seguintes propostas, um entrevistado respondeu que: “a lei que ampara a pessoa com deficiência deve ser aplicada de maneira eficaz”, enquanto dois responderam que: “necessita de ações pontuais para sensibilização da comunidade”, entretanto oito responderam que: “Faz-se necessário a capacitação de professores e adequação do espaço físico que auxiliem no processo de ensino – aprendizagem”, porém apenas um afirmou que: “é preciso oferecer maior número de profissionais especializados na área de educação inclusiva”.

Analisar a inclusão dos indivíduos em um ponto de vista da diversidade na rede regular de ensino brasileiro nos direciona a pensar primeiramente sobre a relação entre a formação do educador e as práticas pedagógicas atuais. Leva-nos a refletir na formação desse educador para atuar em uma nova concepção de educação que visa à igualdade de oportunidades e a qualidade nos serviços ofertados a todos.

A formação dos professores torna-se um dos fatores indispensáveis diante do cenário de educação inclusiva. Percebe-se que um dos maiores dilemas da educação inclusiva ainda é a formação inicial dos educadores. Não há dúvida quanto à necessidade de se formarem professores especializados em educação para as pessoas com deficiência. No entanto, nem todos os professores estão preparados para adaptar o seu formato de ensinar às peculiaridades e necessidades especiais dos alunos ou não tem recursos materiais ou a ajuda de um profissional especializado que o auxilie no atendimento ao aluno que precisa de acolhimento educacional particular em sala de aula.

Os professores não podem restringir sua atenção apenas à sala de aula deixando que outros determinem o contexto mais amplo e os objetivos do ensino. Eles devem assumir ativamente a responsabilidade pelas metas com que estão comprometidos e pelo contexto social em que essas metas podem prosperar. Não sendo meros agentes de outrem, dos Estados, dos militares, da mídia, dos expertos e dos burocratas, eles precisam determinar sua própria ação por meio de uma avaliação crítica e contínua dos objetivos, das consequências e do contexto social de sua atividade. (SCHEFFLER 1968, p11).

Atuar com estudantes com deficiência, demanda dos educadores conhecer cada aluno, ficar atento às suas dificuldades, objetivando a compreensão de suas potencialidades e necessidades, para que possa ajudá-los de forma significativa. Necessita também de adequações do ambiente físico, de serviços de apoio, de um material pedagógico apropriado ou de qualquer alteração imprescindível para promover o processo de aprendizagem, o aluno com deficiência precisa de intervenção e de determinados ajustamentos na exposição dos conteúdos.

O modelo inclusivo é indispensável, mas há que se investir muito na qualificação profissional dos educadores, na estrutura das escolas, para que de fato os alunos com deficiência possam sentir-se contemplados em todo o processo de ensino aprendizagem. Incluir o ser humano na responsabilidade pela construção do conhecimento, em interação com o ambiente, favorecer o desenvolvimento do aluno, procedimentos habilidades que favoreçam o seu processo de aprendizagem em qualquer situação da vida, mas especialmente na escola.

Na última pergunta: “Você acredita que a grade curricular ministrada na universidade interfere no processo de inclusão escolar?”, sete entrevistados alegaram que “sim”, enquanto dois afirmaram que “não”, apenas três disseram que “parcialmente”.

A formação, o preparo e a conscientização profissional são essenciais para amparar os professores a encararem o próprio receio, a incerteza, a dúvida e o medo que esse novo desafio trás. Por isso é imprescindível que os educadores participem de cursos de formação continuada e repense a prática pedagógica, pois o professor é um agente principal no processo de inclusão.

Conhecer a diversidade e as identidades que perpassam o espaço escolar nos possibilita um ensino-aprendizagem mais democrático, aprimora nossos conhecimentos para o exercício de uma prática educativa voltada, o máximo possível, para a diversidade e diferença, conseqüentemente, para as experiências de valorização do outro. Ribeiro (2007, p. 216).

Educar na diversidade exige um currículo aberto, com propostas curriculares diversificadas e flexíveis quanto à organização e ao funcionamento das instituições educacionais para atender a demanda diversificada dos alunos. O currículo deve propiciar inclusão de todos os aprendizes e necessita ser adequado às reais necessidades, capacidades e diferenças individuais de todos os alunos. A adequação desse currículo deve ser concebida como um componente vivo da educação para todos que têm por finalidade flexibilizar a prática educacional para proporcionar o progresso do educando em função de suas necessidades educacionais (BRASIL, 2002).

Currículo diz respeito à seleção, à sequência e à dosagem de conteúdos da cultura a ser desenvolvida em situações de ensino aprendizagem. Compreendem conhecimentos, ideias, hábitos, valores, convicções, técnicas, recursos, artefatos, procedimentos, símbolos etc., dispostos em conjunto de matérias/disciplinas escolares e respectivos programas, com indicações de atividades/experiências para sua consolidação e avaliação (SAVIANI, 2003, p. 35-38).

Para que alunos com deficiência possam compartilhar um espaço rico de oportunidades educativas com implicações adequadas, determinados aspectos necessitam ser analisados, dentre eles: o preparo e a atenção de todo conjunto educacional; ajuda apropriada e soluções especializadas, quando forem imprescindíveis; adaptações curriculares e de ingresso ao currículo.

É necessário que os professores conheçam técnicas que auxiliem os alunos a terem melhor desempenho na sala de aula. Por isso, é importante saber como o aluno aprende melhor, se é olhando, ouvindo, copiando, imitando ou refazendo o que o professor faz. São detalhes essenciais para o trabalho pedagógico com crianças. Ajustar suas experiências às necessidades dos alunos. Sentir-se parte da vida em sociedade em todas as suas dimensões é o que todo ser humano deseja.

Considerações

A inclusão é um processo que visa à igualdade de acesso de alunos com deficiência e a construção de uma sociedade inclusiva que requer muitas mudanças, para que isso verdadeiramente aconteça necessita do abarcamento dos educadores, de investimentos governamentais de políticas públicas, da participação da comunidade escolar da família, de reestruturação dos sistemas educacionais e, da conscientização da sociedade em relação à educação como direito de todos.

É evidente a necessidade de se refletir uma adequada revolução no contexto educacional. A inclusão dos estudantes com deficiência é um trabalho primordial no cenário da educação, para tanto é imprescindível o aperfeiçoamento dos professores com curso de formação na área.

[...] uma verdadeira transformação da escola, de tal modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, mas na condição de que sejam respeitados as suas peculiaridades, necessidades e interesses, a sua autonomia intelectual, o ritmo e suas condições de assimilação dos conteúdos curriculares. (Mantoan 1998, p. 3).

Considera-se que o sistema educativo não está estruturado para proporcionar a inclusão de pessoas com deficiência, abrangendo um todo. Uma vez que a inclusão estabelece novos posicionamentos e métodos educativos, percepções e aprendizados mais evoluídos, além de transformações nos costumes dos educadores, maneiras de avaliação e ascensão dos estudantes de maneira a aderirem uma educação mais elevada provocando também que almeje a formação inicial e a formação contínua dos professores.

A pesquisa realizada possibilitou uma maior clareza em relação a necessidades de preparação dos professores para lidar com a inclusão, mudança na sociedade, nos sistemas de ensinos, estruturação das escolas, nas práticas pedagógicas e nas políticas públicas.

Espera-se que todos os estudantes, independente de suas distinções, apresentam direito à

educação e necessitam ser incluídos, continuar nas escolas regulares. Portanto é evidente que ainda existe muito que fazer, estabelecer, discutir e analisar o sistema educativo, uma vez que o mesmo não está estruturado para proporcionar a inclusão às pessoas com deficiência, abrangendo um todo. Deste modo a inclusão estabelece novos posicionamentos e métodos educativos, percepções e aprendizados mais evoluídos, além de transformações nos costumes dos educadores, maneiras de avaliação e ascensão dos estudantes de modo a aderirem uma educação mais elevada, provocando também que almeje a formação inicial e a formação contínua dos professores.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais, orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

_____, Educar na Diversidade. **Módulo 2: o enfoque da educação inclusiva**. Brasília: 2005.

_____, MEC, CNE/CEB. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/09/2001.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

_____, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

BUENO, J.G.S. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Revista Brasileira de Educação Especial, n.3, p. 12, 1999.

CNBB. Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil. **Texto Base da Campanha da fraternidade 2006**. São Paulo: Editora Salesianos, 2005.

COLL, César. (1999) **Psicologia e Currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar**; tradução de SCHILLING, Cláudio; revisão técnica de DEHENZELIN, Monique. 4. ED. Ática.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

FREITAS, S.N. **A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo**. In: Rodrigues (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

LAPLANE, A.L.F. **Notas para uma análise dos discursos sobre inclusão escolar**. In: GÓES, M.C.R.; LAPLANE, A.L.F. (Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (2003) **I inclusão Escolar, O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna. (Col. Cotidiano escolar).

_____, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 1988.

_____, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

_____, M.T. E. **Todas as crianças são bem vindas à escola.** [Campinas]: UNICAMP, [2000]. Texto mimeografado.

_____, Maria. Teresa. Eglér. **Incluindo os excluídos da escola.** FE/UNICAMP: 2000.

MENDES, E. G. **Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar.** In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. **Temas em educação especial: avanços recentes.** São Carlos: EDUFSCAR, pp.221-230, 2004.

Parecer CNE/CEB nº 4/1998, aprovado em 29 de janeiro de 1998. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.**

(Revista Inclusão revista da educação especial). Inclusão: R. **Educ. esp.**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 51-58, jan./jun.2008.

RIBEIRO, Rosa Maria Barros. **Diversidade Cultural no currículo e nas práticas educativas.** In: SALES, José Albio Moreira de Sales, BARRETO, Marcília Chagas, NUNES, João Batista 150 Carvalho, NUNES, Ana Ignêz Belém Lima, FARIAS, Isabel Maria Sabino de, MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva (or). **Formação e práticas docentes.** Fortaleza: EDUECE, 2007. p. 2009-219.

SAVIANI, N. **Currículo - um grande desafio para o professor.** Revista de Educação (Lisboa), São Paulo, p. 35-38, 2003.

SCHEFFLER, I. **University scholarship and the education of teachers.** TeachersCollegeRecord, 1968. (Livro Traduzido para o Português).

VITALIANO, Célia Regina. **Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.13, n.3, p.399-414, set./dez. 2007.

Recebido em 15 de agosto de 2016
Aprovado em 21 de setembro de 2016